



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE O PROCESSO
DE INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

**VISÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA
EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR
DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE
REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE
TEÓFILO OTONI/MG.**

MAÍSA GONÇALVES TEIXEIRA DE JESUS

TEÓFILO OTONI, MG, Brasil

2010

**VISÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA
EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR
DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE
REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE
TEÓFILO OTONI/MG.**

por

MAÍSA GONÇALVES TEIXEIRA DE JESUS

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**TEÓFILO OTONI, MG, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

**VISÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA
EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR
DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE
REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE
TEÓFILO OTONI/MG.**

elaborado por
MAÍSA GONÇALVES TEIXEIRA DE JESUS

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

fulano
(Presidente/Orientador)

fulano

Fulano

TEÓFILO OTONI, MG, Brasil
2010

DECICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, sob o qual eu não teria condições de fazê-lo, a Ele honra glória e louvor.

A minha família e meus amigos que tanto me ajudaram, este mérito também é seus.

Em especial a minha filha Thayná, é pra você filha.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor de todas as obras, sendo que a maior delas é o homem.

A minha filha Thayná por todos os momentos que esteve do meu lado me ajudando incansavelmente, ao meu esposo Adilson pelo amor e incentivo. Vocês são o suporte para a minha vida!

A toda minha família, principalmente minha irmã Raquel pelo apóio e por sempre me presentear de cuidados, de amores e entregas.

Aos amigos e colegas de curso que fizeram parte desta etapa da minha vida dividindo alegrias, anseios e conhecimentos;

Ao corpo docente desta Instituição e em especial a minha orientadora Silvia Pavão, por terem contribuído para o aprimoramento dos meus conhecimentos.

[...] a Educação Física é o conjunto de atividades Físicas, metódicas e racionais que se integram ao processo de integração global, visando o pleno desenvolvimento do aparelho locomotor, bem como ao desenvolvimento normal das grandes funções vitais e o melhor relacionamento social (HURTADO, 1997, p.).

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

VISÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE TEÓFILO OTONI/MG.

AUTOR: MAÍSA GONÇALVES TEIXEIRA DE JESUS

ORIENTADOR: SILVIA PAVÃO

Data e local da defesa: TEÓFILO OTONI MG

Esse trabalho teve por objetivo discutir a visão dos profissionais de Educação Física, em relação ao processo de inclusão escolar das crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino. Por meio de um estudo exploratório com profissionais de educação física, pode-se constatar que dentre as discussões existentes acerca da inclusão de alunos com necessidades especiais, há controvérsias, pois inclusão é um processo que necessita da união de forças de todos os segmentos da escola e da sociedade, bem como de ações concretas que favoreçam sua ocorrência. As questões são controversas especialmente no que tange a forma como ela foi instituída nas escolas e não ao fato de incluir o aluno. Concluiu-se que é preciso para além das políticas públicas de inclusão, investir nas discussões no interior das escolas e no aperfeiçoamento dos professores para as práticas inclusivas.

Palavras - chave: inclusão escolar; educação física; professor

ABSTRACT

Article Specialist

Specialization Course in Special Education - Cognitive Deficits and Deaf
Education

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil

VISION OF THE PROFESSIONALS OF PHYSICAL EDUCATION IN RELATION TO THE PROCESS OF INCLUSION OF SCHOOL WITH SPECIAL NEEDS IN REGULAR EDUCATION NETWORK OF THE CITY OF FUNDAMENTAL TEÓFILO OTONI / MG.

AUTHOR: MAÍSA GONÇALVES TEIXEIRA DE JESUS

ADVISOR: SILVIA PAVÃO

Date and place of defense: TEÓFILO OTONI MG

Physical Education with Special Needs and Inclusion, are becoming "common figurine" in our vocabulary. Among the existing discussions there are opinions that are favorable and others against. This character propaedeutic that inclusive education has is going to subsidize our considerations, since inclusion is a process that requires the joining of forces of all segments of society and concrete actions, so it really happens. Speaking of the humanitarian factor of inclusion is easy to exciting, but its applicability is something little talked about, and even little understood. The Constitution of the Federative Republic of Brazil says: "Education is a right and duty of the state and the family. Will be promoted and encouraged with the cooperation of society, seeking the full personal development, their preparation for the exercise of citizenship and his qualification for the job. " The present study is to discuss the vision of physical education professionals, demonstrating through research, what are its manifestations and his position on an issue that provided by law, still faces many controversies.

Keywords: inclusive education; physical education; teacher

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Termo de consentimento	44
ANEXO B – Questionário aplicado aos professores de educação física da rede regular de ensino.....	45

SUMÁRIO

1- APRESENTAÇÃO	12
2- METODOLOGIA	14
3 - REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 – Definição de termos	15
3.2- O conceito de inclusão e seu processo histórico	16
3.2.1- Processo histórico – o novo paradigma	17
3.3- A visão do professor sobre a inclusão	18
3.4- Motivos para se trabalhar a Educação Física escolar, os quatro pilares e sua aplicação na Educação Física	20
3.4.1- Os portadores de necessidades especiais e os PCN'S	20
3.4.2- Constituição Federal; Portadores de Necessidades especiais; Rede Regular de Ensino; Profissionais da Educação	21
3.5- Educação Física Adaptada	22
3.5.1- Objetivos, conteúdos e metodologia da Educação Adaptada	22
3.6- A relação da mídia com a inclusão – O papel da mídia	23
3.7- A Educação Inclusiva e as inteligências múltiplas	24
3.7.1-Conhecendo as inteligências múltiplas	24
3.7.2- Educação Inclusiva e o preparo da Escola	26
3.8-Sinergia – Educação Física Escolar e Educação Inclusiva	27
3.9- Legislação (Lei positiva) referente à Inclusão	27
4 – DISCUSSÃO	29
4.1 – Resultado geral	29
4.2 – Você tem curso superior na área de educação física?	30
4.3 – É de seu interesse fazer uma especialização na área de inclusão?	31
4.4 – Em turma há algum aluno portador de necessidades especiais?	32
4.5 – Você promove atividades que permitam e incentivem a participação deste aluno?	33
4.6 – Você é a favor da inclusão?	34
4.7 - Você concorda com a forma que a inclusão foi introduzida?	35

4.8 – Você acha que há políticas eficientes para que a inclusão realmente aconteça?	36
4.9 – Você acha que os portadores de necessidades especiais devem ser inseridos na rede regular de ensino?.....	37
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6 – REFERÊNCIAS.....	40
7 – ANEXOS	43
7.1 - Anexo A – Termo de Consentimento.....	44
7.2 - Anexo B – Questionário aplicado.....	45

1 – APRESENTAÇÃO

A temática da inclusão é bastante discutida na atualidade, mas a palavra por si só, ou até mesmo a sua aplicabilidade, perderia o sentido se não fossem feitas ações concretas, para que tal trabalho tenha realmente valia (RODRIGUES, 2007).

O presente estudo vem abordar a percepção dos profissionais de Educação Física em relação ao processo de inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino da cidade de Teófilo Otoni.

Os benefícios da Educação Física Escolar como disciplina completa, que trabalha todos os aspectos do desenvolvimento, é de conhecimento geral, mas a mesma como instrumento, ferramenta de inclusão é algo inovador, pois ainda não se concebe o fazer escolar no âmbito da Educação Física, como prioridade, mas sim uma “prática” de final de horário, quase sempre destituída de sentido, objetivo, intenção (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003).

Na Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) o princípio das escolas inclusivas consiste em que todos devam aprender juntos, deve reconhecer e satisfazer as diversas necessidades dos seus alunos, adaptando aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo um bom nível de educação para todos, feito por meio de um conjunto de apoios de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Segundo Eizirik (2000, p. 68)

[...] na inclusão o que está em jogo é a ruptura com conceito estático do homem, de mundo, de conhecimento, é a necessidade de cruzar experiências, de compartilhar caminhos, de compreender a complexidade e a diversidade através da abertura de canais para o diferente, o que não é meu, nem igual ao meu, mas por isso mesmo, merece respeito. E esse respeito descortina a possibilidade da descoberta de coisas, pessoas, situações, insuspeitáveis, fascinantes. É o caminho provoca ferimentos pela insegurança, pela quebra de certezas, de normas estáveis.

Percebe-se que a inclusão além de ser um ideal, é um objetivo e uma necessidade, pois não se concebe um país democrático, sem que as pessoas desse país tenham acesso aos bens necessários, e a escola em seu papel primordial já possui uma grande tarefa, a de trabalhar, valorizar e incentivar as diferenças, quebrando paradigmas, mostrando que as diferenças só vêm acrescentar, e também a necessidade de revisar pré-conceitos, normas, planos de ensino de graduação,

pois é inconcebível, relegar um tema, como a inclusão, em segundo plano (TELFORD; SAWREY, 1984, GLAT, 1989).

Em 1998, o MEC lançou documento contendo as adaptações que devem ser feitas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) a fim de colocar em prática, estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1997). E, em 2001, o ministério publicou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. O referencial PCN's em consonância com as diversas leis e diretrizes, busca uma verdadeira inclusão e verificam a Educação Física Escolar como valioso instrumento, ferramenta para a consecução de seus princípios, na medida em que se enxerga o seu potencial e característica de disciplina completa (MICHELS; GARCIA, 1999).

Segundo Hurtado (1997) a Educação Física consiste em um conjunto de atividades físicas, regulares e racionais que se integram ao processo de integração global, e que visem o desenvolvimento do aparelho locomotor e das funções vitais e proporcione o melhor relacionamento social.

Diante do exposto surgem os seguintes questionamentos: quais conhecimentos são destinados aos profissionais de Educação Física? Qual a sua análise frente à inclusão, o seu posicionamento frente às diretrizes e critérios, para esta inclusão? Qual a visão dos profissionais de Educação Física sobre inclusão de crianças com necessidades especiais, avaliando os beneméritos da Educação Física Escolares na sua tarefa de incluir? Em síntese, a partir desses questionamentos, a tarefa a que se propõe este estudo é abrir um parâmetro na inclusão demonstrando, que para se trabalhar a inclusão é necessário suporte para sua validação.

2- OBJETIVO GERAL

Discutir a visão dos profissionais de Educação Física, em relação ao processo de inclusão escolar das crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino.

2.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar a concepção dos professores, sobre a visão e preparo dos profissionais de Educação Física na inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.
- Relacionar Educação Física escolar e Educação Física inclusiva.
- Correlacionar os resultados coletados, no questionário aplicado aos profissionais de educação física da rede Estadual de Teófilo Otoni com os achados bibliográficos.

2 - METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo exploratório que permite “permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de um determinado problema” (TRIVIÑOS, 2008, p.109), discute a percepção dos profissionais de Educação Física sobre o processo de inclusão em escolas de ensino regular da cidade de Teófilo Otoni-MG.

A pesquisa foi realizada em cinco escolas da cidade de Teófilo Otoni, Municipais e Estaduais. Foi realizada a pesquisa com dez professores de Educação Física, pertencentes as cinco escolas acima referidas, sendo que para a coleta de dados foi utilizado questionário direcionado aos professores (ÂPENDICE B). O mesmo foi elaborado pelo pesquisador seguindo os preceitos da pesquisa científica, no que tange a elaboração do questionário, e sua interpretação (TRIVIÑOS, 2008). O questionário contém questões fechadas atendendo os objetivos propostos. Foi entregue uma carta de apresentação às escolas informando-lhes o propósito do trabalho sendo marcado o dia e a hora da pesquisa.

Após a coleta dos dados, foi organizado em tabelas e exposto em gráficos. O nome das escolas e dos profissionais de Educação Física participantes, não foi citado em nenhum momento da pesquisa, preservando-os em nome da ética. Todos os participantes da pesquisa assinaram termos de consentimento (APENDICE A).

3 - REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - O CONCEITO DE INCLUSÃO E SEU PROCESSO HISTÓRICO

Inclusão, segundo o dicionário é “o ato de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais na plena participação de todo o processo educacional, laboral, de lazer, bem como as atividades comunitárias e domésticas” (FERREIRA, 1999).

O “ato de incluir” por si só esta expressão, já representa, a exclusão, pois este ato de incluir remete a algo que estava fora e precisa ser incluído, ou seja, as pessoas, alunos com necessidades especiais precisam (têm o direito) de serem incluídas, pois estão à margem das benesses sociais, são um “a parte” na sociedade, e este é o grande erro da inclusão, “excluir” em seus pressupostos, em suas definições e conceituações (DUARTE; WERNER, 1995).

Outro exemplo de pressuposto de inclusão, incompleto ou superficial, é a definição de Educação Especial, encontrada na LDB 9394/96, Cap.V, Art.58 (BRASIL, 1996, p. 30) “Por educação especial, para os efeitos desta Lei, entende-se a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. A lei determina, a rede regular de ensino como preferencialmente para atender, (pressuponho de forma eficaz) os alunos portadores de necessidades especiais, mas o profissional/educador desta nova escola deve estar preparado para assumir a tarefa de incluir, pois receber estes alunos e não desenvolver um trabalho diferenciado, que valide e trabalhe com as diversas competências, estimulando os aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, não será cumprido o objetivo da Educação Física Escolar e muito menos a premissa da escola, local de formação de aprendizagens, formulação de pensamento, respeito e valorização das diferenças (PEDRINELLI, 1994).

O movimento de inclusão começou por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 naqueles países em desenvolvimento e foi se desenvolvendo na primeira década do século XXI, envolvendo todos os países. Este novo paradigma teve seu início ou disseminação marcada principalmente a partir da Assembléia Mundial, realizada em julho de 1994, na cidade de Salamanca Espanha, sob o patrocínio da UNESCO, quando

representantes de noventa e dois países e de vinte e cinco organizações internacionais se reuniram para discutir o processo de inclusão escolar (SASSAKI, 1997- a).

Antes de apresentar os resultados da pesquisa, bem como iniciar a discussão de tal assunto, faz-se necessário entender o significado dos termos inclusão escolar, educação especial, educação física escolar, profissional de educação física e alunos com necessidades especiais.

Para Mantoan (1997), inclusão não é fazer as crianças seguirem um processo único do desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades, extinguindo o atendimento de educação especial antes do tempo e esperando que os professores de classe regular ensinem as crianças portadoras de necessidades especiais sem um suporte técnico, antes é atender aos estudantes portadores de necessidade especiais nas vizinhanças da sua residência, propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns bem como suporte técnico aos professores; é perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes, levando os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência, propiciando um atendimento integrado ao professor de classe comum.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), entende-se por educação especial, de acordo e para efeito da lei, como sendo a modalidade de educação escolar oferecida para alunos com necessidades especiais, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino.

Para Piccolo (1993), a Educação Física deve procurar formar um indivíduo participante, visando a interação como uma pessoa independente, criativo, capaz, verdadeiramente crítico e consciente, adequada a sociedade em que se vive, deve, portanto ter por objetivo o desenvolvimento global de cada educando. Como observa o autor, o objetivo de desenvolver global cada aluno, procurando formá-lo um aluno participante, precisa ser alcançado por meio de um trabalho consciente do educador, que por sua vez precisa ter uma visão aberta às mudanças necessárias do educacional.

O Parecer nº 17/2001 do Conselho Nacional de Educação, de três de julho de 2001 (BRASIL, 2009), institui as Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e definiu como alunos com necessidades educativas especiais aqueles que manifestem comportamentos particulares que impeçam os

encaminhamentos os rotineiros das práticas pedagógicas em sala de aula e / ou apresentam, durante o processo de ensino-aprendizagem, dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: Aquelas não-vinculadas a uma causa orgânica específica e/ou Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes, contidos no Art. 5º, Resolução nº 2/2001 do CNE/CEB/MEC (BRASIL, 2009).

3.2 - A VISÃO DO PROFESSOR SOBRE A INCLUSÃO

Como observa Carvalho (1998), muito se tem falado em inclusão, suas implicações, paradigmas, mas pouco se fala do professor, do profissional, que vai trabalhar diretamente com esta inclusão no que diz respeito ao que pensam em relação às dificuldades encontradas no processo de inclusão.

[...] os professores reconhecem que o ensino regular não está bom no dia-a-dia das escolas, com isso acabam implicitamente criticando a prática pedagógica. Há constatações de que os currículos dos cursos de formação de professores, na maioria dos estados, tratam das dificuldades de aprendizagem e deficiência de forma muito restrita e frequentemente no último ano, impedindo que haja maior familiarização com o assunto, justificando o despreparo do professor do ensino fundamental (CARVALHO, 1998, p. 45).

Este despreparo, esta “omissão” dos currículos, das disciplinas ministradas nos cursos de graduação, tem graves consequências, pois os alunos, são excluídos dentro do próprio processo de inclusão, aí acontece à integração, processo inverso da inclusão. Na integração a escola muda, ela continua sendo o que sempre foi: é destinada apenas a alguns, ou melhor, aos que conseguem se adaptar a ela (NOGUEIRA, 2004).

Segundo Aviz (1998), a inclusão do aluno com necessidades especiais não está acontecendo na disciplina de Educação Física, uma vez que os esses alunos

quase sempre ficam excluídos das atividades propostas, especialmente as aulas práticas.

Hurtado (1997) levanta o seguinte questionamento: O que está acontecendo é um total desespero quanto à inexistência de políticas públicas, capacitações direcionadas a educação física inclusiva? Ou não, estão sendo feitas reformulações nos currículos, nas grades dos cursos de graduação, destinando recursos para o aprimoramento dos profissionais?

Nogueira (2004, p.35) em sua explanação sobre como se pode conseguir uma educação para todos diz:

A preparação de professores para trabalhar com a diversidade deve começar pela sua graduação, de forma que desde que comecem sua formação básica, aceitem e mostrem com suas atitudes que reconhecem a necessidade e utilidade de que a maioria dos estudantes com necessidades educacionais especiais estejam incluídos em salas de aula de ensino regular. É também fundamental que esta atitude esteja presente nos direitos e planejamentos da política educacional.

Questionar a inclusão, como se fosse possível optar ou não por ela, para não dizer em outros termos, é uma ignorância (não só no sentido brutal, mas no sentido de conhecimento do fato), pois a constituição do Brasil em seu art.5º diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade, nos termos seguintes (Ecnº45/2004)” (BRASIL, 2006, CARVALHO, 2000). Silva; Krug (1999) observam que o aluno com necessidades educativas especiais precisa de atividades especializadas tanto quanto o aluno considerado normal, pois um bom trabalho na área da Educação Física ameniza as frustrações, sendo que para isso o trabalho precisa ser bem planejado e bem executado.

A Educação Física é um poderoso instrumento para a inclusão, mas para atingir tal resultado é necessário que o profissional que optar por este trabalho reúna alguns fatores necessários, tais como boa forma teórica (conhecimento não somente na área de Educação Física, como também na área da Educação Especial); amor ao que faz; garra e força de vontade.

3.3 - MOTIVOS PARA SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, OS QUATROS PILARES E SUA APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Pode-se discutir a importância ou finalidade da Educação Física a partir dos quatro pilares da educação, no contexto da proposta da UNESCO para a Educação Física, que são propiciar ao aluno oportunidades diversas; aprender a conhecer, descobrindo, explorando as diversas potencialidades de seu corpo, suas limitações no intuito de superação, e desenvolvimento autônomo; aprender a ser, criando, ousando, sensível, ético, consciente e responsável pelo seu entorno; aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros, ou seja, aprender a conviver com as diferenças, as diversas habilidades e competências, com as diversas opiniões, construindo assim conceitos idéias de não preconceitos, não discriminação, não exclusão; aprender a fazer dos obstáculos um incentivo de superação, vivenciando sua corporeidade, ludicidade como obtenção de uma qualidade de vida (UNESCO, 1996).

3.3.1- OS ALUNOS DE NECESSIDADES ESPECIAIS E OS PCN'S

Segundo Brasil (1997, p. 35), os parâmetros Curriculares Nacionais (vol.8) indicam como alguns dos seus objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro exigindo para si o mesmo respeito;
Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, físicas, cognitivas, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

Repúdio às injustiças, “conhecimento ajustado de si mesmo e sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social (p.35)”; a primeira expressão se refere a repelir recusar toda e qualquer forma ou ação que fere os nossos direitos naturais e sociais; integrar, fingir que faz parte é uma exclusão, de injustiça, de negação desses direitos; estes conhecimentos das capacidades (cognitivas a sócio-afetivas) é o grande marketing da Educação Física, quando se apresenta como disciplina completa, então se faz refletir sobre a melhor forma de aplicação, para de alguma forma “construir” esta inserção tão sabiamente disseminada pelos PCN's (HURTADO, 1997).

3.3.2- CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DEFICIÊNCIA; REDE REGULAR DE ENSINO; PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Constituição da República do Brasil, em seu Art.208-inciso III, traz que é necessário “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2006). Portanto a inclusão, além de seu aspecto de inserção social, de igualdade, entre outros fatores, já é uma lei. Pode-se afirmar utilizando a hermenêutica que o intuito de tal lei era garantir que todos aqueles alunos “diferentes“, ou deficientes (como alguns autores o caracterizam) tivessem assegurado o seu ingresso, permanência e convivência com os alunos ditos normais. E a Educação Física como disciplina da rede regular de ensino, também é co-responsável por este atendimento. Contudo, faz-se preciso questionar se os profissionais da Educação Física escolar, estão preparados, uma vez que os alunos portadores de necessidades especiais podem participar das mesmas atividades que os demais, sendo, entretanto notório que em algumas atividades físicas há de se fazer determinadas adaptações, reformulações, variações de atividades garantindo assim a participação efetiva de todos. Mas como fazer esta adaptação sem excluir, ou tirar o prazer e o resultado previsto pelos objetivos? Para isso é de fundamental importância a capacitação dos profissionais da Educação Física (PICCOLO, 1993).

3.4 - EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

Educação Física adaptada segundo Duarte; Werner (1995, p.9):

É uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educacionais especiais, adequando metodologias de ensino para o entendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando sua diferença individual.

A Educação Física adaptada não é algo “extraordinário” como se tivesse preparando aulas para pessoas de outro planeta, mas uma nova forma de fazer Educação Física, utilizando seu caráter versátil e suas variações (PEDRINELLI, 1994). Segundo Bueno; Resa (1995) apud Cidade (2004, p.5):

A Educação Física adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas métodos e formas de organização que podem ser aplicadas ao indivíduo deficiente. É

um processo de atuação docente com planejamento e visando atender às necessidades de seus educandos.

3.4.1-OBJETIVOS CONTEÚDOS E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

Para Duarte; Werner (1995) apud Cidade (2004, p.6), o objetivo da Educação Física Adaptada é “oferecer atendimento especializado aos educandos portadores de necessidades educativas especiais, respeitando-se as diferenças individuais”, oportunizando desenvolvimento global, reconhecimento de potencialidades, e integração na sociedade. Cidade (2004, p. 40) cita os objetivos em relação ao ensino da Educação Física Adaptada:

Propiciar desenvolvimento global envolve ajuda para que o indivíduo consiga atingir a adaptação e o equilíbrio que requer sua deficiência; identificar as necessidades e capacidades de ações e adaptações para o movimento; facilitar sua independência e autonomia, bem como facilitar o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social.

A reformulação, com vistas a um ensino de qualidade, que promova as potencialidades individuais e coletivas, bem como a diversificação por parte do professor ao lecionar suas aulas, evitando o desinteresse, garante o sucesso da Educação Física no trato com os portadores de necessidades especiais (PICCOLO, 1993).

Segundo Pedrinelli (1994, p. 69) apud Cidade (2004, p.6), “todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos respeitando suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor”. Os conteúdos e metodologias da Educação Física adaptada devem ser pensados e preparados de forma a respeitar sua limitação ao mesmo tempo em que enfatizar as suas diversas possibilidades.

Bueno; Resa (1995, apud CIDADE, 2004, p.6) propõem um programa baseado nos seguintes conteúdos: “Esquema Corporal e lateralidade; psicomotricidade; coordenação; equilíbrio; organização espaço-temporal; qualidades físicas básica; socialização”. Essas atividades devem estar permanentes de caráter lúdico, estimulando os alunos a lidar com seus fracassos e êxitos. Desse modo, a

educação física escolar se torna um grande auxiliador na preparação deste aluno para o mundo.

3.5.1- EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PREPARO DA ESCOLA

Segundo Carvalho (1998, p.170) na escola compreende-se que “todos, sem exceção devem participar da vida acadêmica em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente”.

Mantoan (1997) adverte que a inclusão não se limita a propiciar melhorias somente aos alunos que demonstram dificuldades na escola, por isso causa mudança de perspectiva educacional, sendo que apóia aos professores, alunos, pessoal, administradores, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Como coloca Sasaki (1997-b), tratar a diversidade de forma natural e tranquila, sem colocar obstáculos, superstições, medos é uma forma de capacitar à família, a escola e a sociedade. Assim, como a escola pode se preparar para incluir o aluno portador de deficiência?

Envolvendo entidades e órgãos da comunidade no processo da inclusão; sensibilizando e capacitando toda a comunidade escolar; reorganizando seus recursos materiais e físicos; sensibilizando os pais de alunos deficientes e não deficientes sobre a questão da inclusão (MANTOAN,1997, p. 45).

“Capacitar os profissionais de Educação Física, de forma a trabalhar satisfatoriamente com a inclusão”. Professor é como um jardineiro que trata de forma diferente as diferentes plantas e não como um produtor em grande escala que aplica um tratamento igual em toda lavoura” (STENHOUSE apud NOGUEIRA, 2004, p. 63).

3.6– SINERGIA – EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sinergia, na definição do dicionário é o “Ato ou esforço coordenado de vários órgãos na realização de uma função; 2. Associação simultânea de vários fatores que contribuem para uma ação coordenada” (FERREIRA, 1999). Já para Carvalho (2000, p.40), “Sinergia fator de sucesso nas realizações humanas”, explica a interdisciplinaridade da sinergia nos diversos âmbitos, alvos:

Seja qual for o escopo, para conquistar e manter a sinergia, não basta experiência, competência, conhecimento. Há que existir um comportamento baseado em valores criados pela observância e exercício de virtudes, criando as condições básicas para uma parceria na qual a força da sinergia será tão maior quanto mais existirem confiança mútua e espírito de colaboração.

Nesta citação o autor, proporciona os ingredientes para que a sinergia aconteça e mostra que a sua manutenção e reflexo de um trabalho de confiança, colaboração.

3.7 – LEGISLAÇÃO (LEI POSITIVA) REFERENTE À INCLUSÃO

A lei positiva, regulamentada e, portanto, necessária a sua aplicação ainda (apesar da divulgação e publicidade) não é conhecida por todos, inclusive pelos educadores, que sabem do problema latente, mas por questões diversas e adversas, ainda não se “revestiram” da sua importância, enquanto agentes de transformação (RODRIGUES, 2007).

Conforme observa Ferreira (2003), as principais Leis que compõem a legislação sobre a educação inclusiva são em nível federal, a Constituição Federal de 1988, especificamente os Art. 208 e Art. 227; a Lei nº 7.853/89, Decreto nº2.208/97; o Parecer CNE/CEB nº16/99 – Educação Profissional de alunos com necessidades educacionais especiais; LDB nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Portaria MEC nº 1.679/, a Lei nº 10.098/00; a Lei nº 10.172/2001 e o Decreto nº 5.296/2004 – Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000; a Resolução CNE/CEB nº 2/2001; O Parecer CNE/CEB nº 17/2001, as Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica; E os documentos internacionais tem-se a Declaração de Cuenca – UNESCO – Equador, 1981, Declaração de Sunderberg, as Resoluções da XXII conferência sanitária Paramericana OPS/Organização Mundial de Saúde – Washington, DC, USA – 1990, seminário Unesco – Caracas – Venezuela – 1992 – Informe Final, a Declaração de Santiago, Assembléia Geral das Nações Unidas – New York, USA – 1993 – Normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidade para pessoas com Incapacidade; Declaração Mundial de Educação para todos – UNICEF – JonTien, Tailândia – 1990; Declaração de Salamanca – Salamanca, Espanha - Princípios Políticos de sistemas educacionais inclusivos.

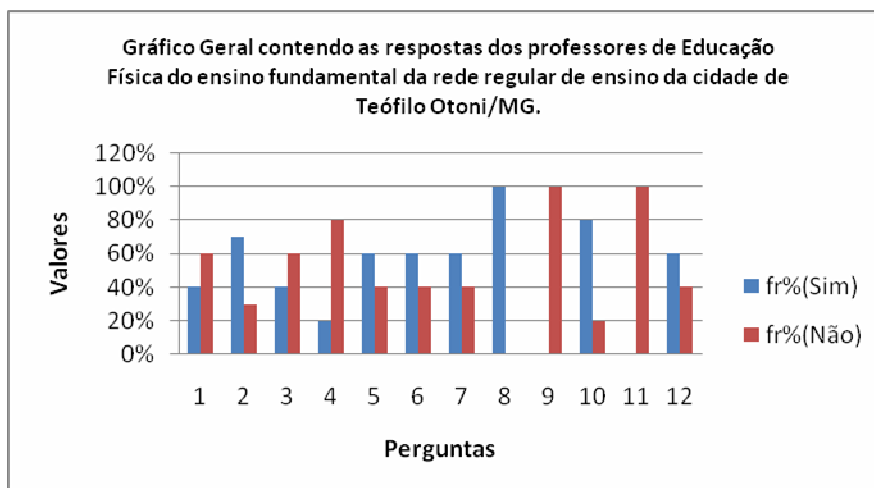
No que tange a educação inclusiva, desde os interesses individuais e sociais (escola, saúde, trabalho, lazer, transporte, turismo, acesso à cultura), tudo foi pensado e prescrito, mas então porque não fazer valer? Porque deixar, ou dar a entender que “positivam” algo que nem sempre é praticado? As Instituições Universitárias precisam realmente engajar neste processo e assumir a necessidade de mudar grades, currículos, assegurando aos seus alunos (futuros professores) o direito a uma formação, “Educação de oportunidades”, uma reflexão sobre o seu papel decisório na construção de uma sociedade mais igualitária, de sucesso, onde haja responsáveis e não culpados, onde existam parceiros e não atitudes isoladas, onde profissionais encarem o trabalho inclusivo como um desafio prazeroso, um crescimento profissional e não como uma cilada de um governo que não se compromete, deixando a cargo somente dos profissionais a inclusão escolar (AZANHA, 2005).

4 – DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados e analisados, obtiveram-se os seguintes gráficos para melhor visualização dos resultados, bem como as discussões de referência. Os dados também podem ser visualizados por meio de um quadro (APÊNDICE C) que mostra os dados de forma conjunta.

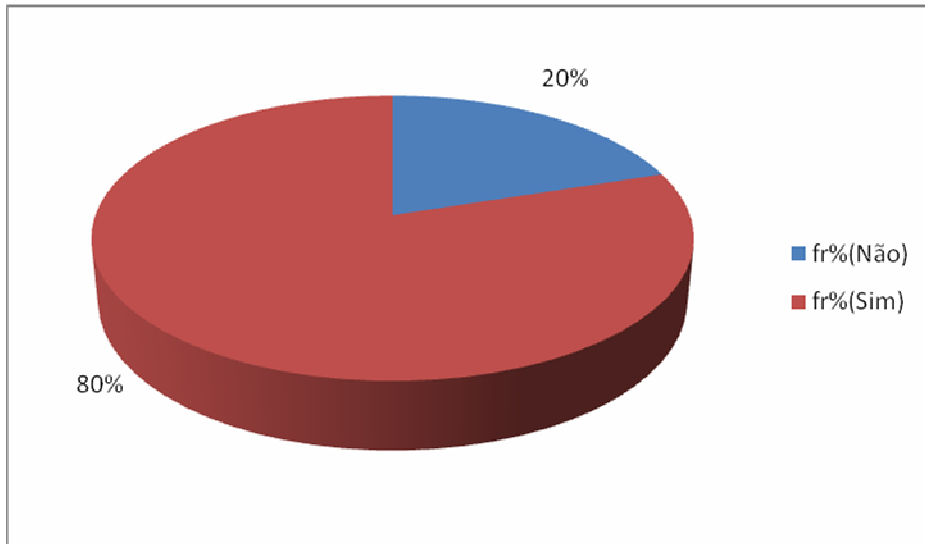
4.1- RESULTADO GERAL

Este gráfico representa as respostas referentes às 11 questões propostas aos professores de Educação Física. Faz necessário explicar que a questão de número seis, tem uma subdivisão (6.1), então a questão que no presente gráfico está representada como 7 se refere à 6.1, esta totalização de 12 questões é devido ao gráfico não trabalhar com este subitem da pesquisa.



A seguir foram selecionadas, as perguntas mais relevantes e que subsidiarão as considerações na conclusão.

4.2- VOCÊ TEM CURSO SUPERIOR NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA?



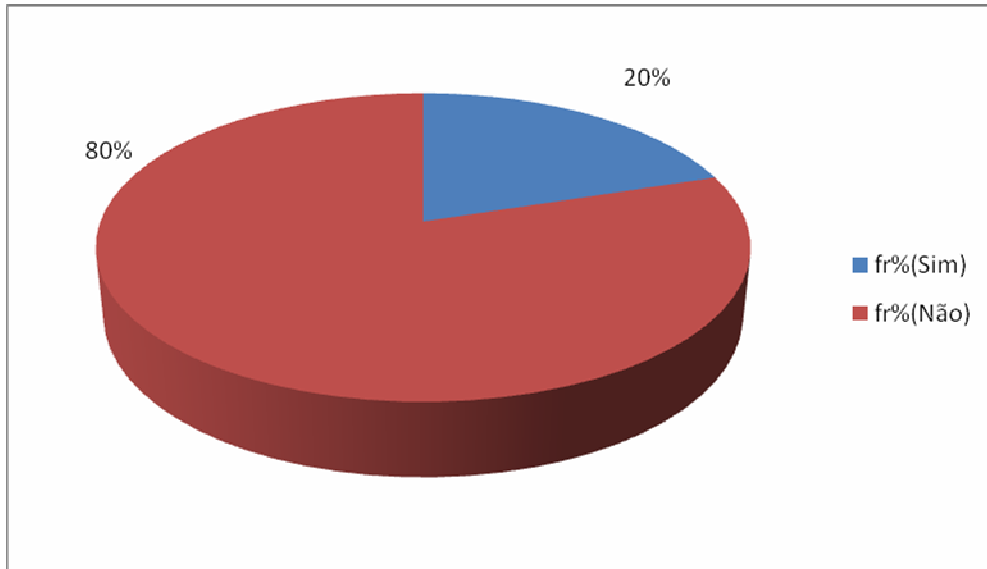
Nota-se, nesta primeira questão, que apenas 20% dos professores que trabalham com a Educação Física nas escolas de ensino fundamental da rede regular de ensino de Teófilo Otoni, não possuem curso superior. Como já foi dito na fundamentação do trabalho, há necessidade de vários fatores para que a Educação Física cumpra o seu papel na tarefa de incluir.

Segundo Bueno; Resa (1995, apud CIDADE, 2004, p.6):

A Educação Física se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, nos programas especiais, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem o mesmo mundo que os demais.

Então se preparar para trabalhar com a inclusão, concluir uma graduação na área da Educação Física, não é de forma isolada, garantia de sucesso, mas com certeza é um grande passo, pois assim como as diversas áreas do conhecimento, precisam de profissionais capacitados, com a Educação Física escolar não é diferente. Já que para se realizar um trabalho eficaz, pressupõe-se que o educador tenha embasamento.

4.3- É DE SEU INTERESSE FAZER UMA ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DA INCLUSÃO?



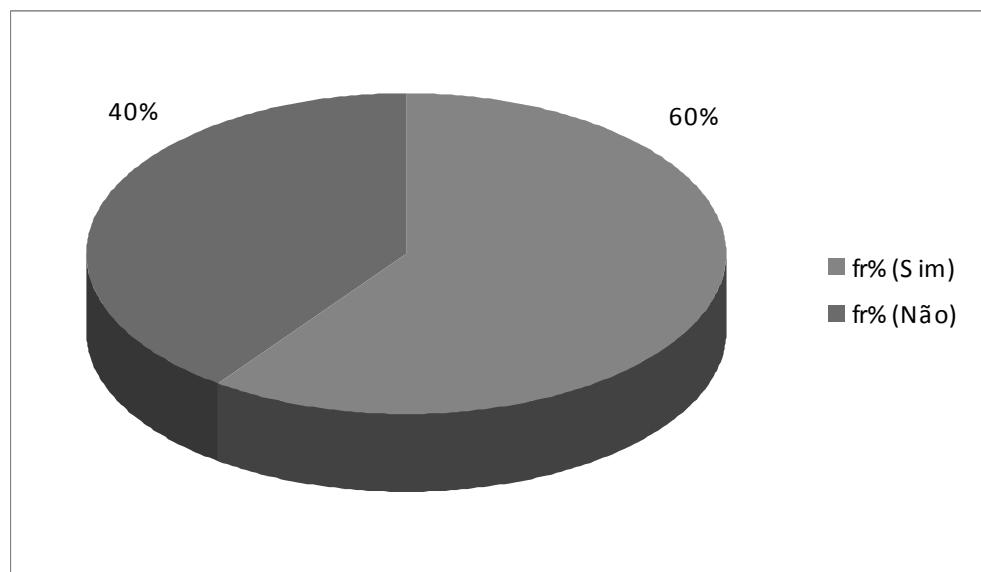
O resultado é preocupante, pois 80% dos professores que participaram da pesquisa, dizem não ter interesse de fazer uma especialização na área da inclusão. Pressupõe-se que ao assumirem tal tarefa, é dever de cada um o máximo possível de recursos, habilidades, para uma boa desenvoltura, pois esta recusa quase unânime, pode ser vista como uma forma de não-engajamento, de não se sentir co-responsável por este que é uma forma de promoção e igualdade de direitos e condições. Mazzotta (1996, p.15), mostra que mesmo a inclusão sendo algo antigo, a sua prática em nossa sociedade é recente:

A defesa da cidadania e do direito a educação à das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

Os profissionais participantes da pesquisa, mesmo relatando possuir alunos com necessidades especiais em suas turmas, apenas um percentual muito baixo sente a necessidade de uma especialização na área da inclusão, não que sem a

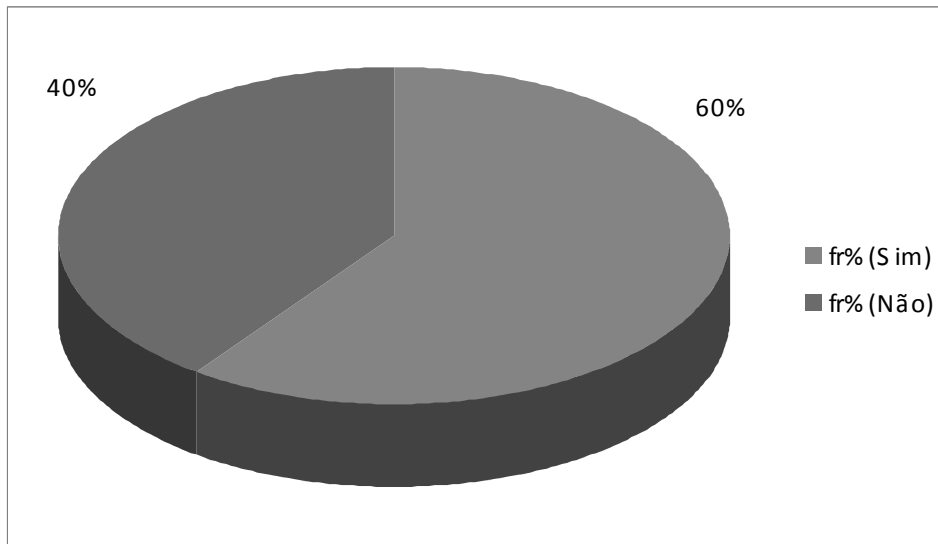
especialização não sejam capazes de ministrar suas aulas, mas com a especialização o profissional compreende e cria caminhos para que a inclusão realmente aconteça.

4.4 – EM SUA TURMA HÁ ALGUM ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS?



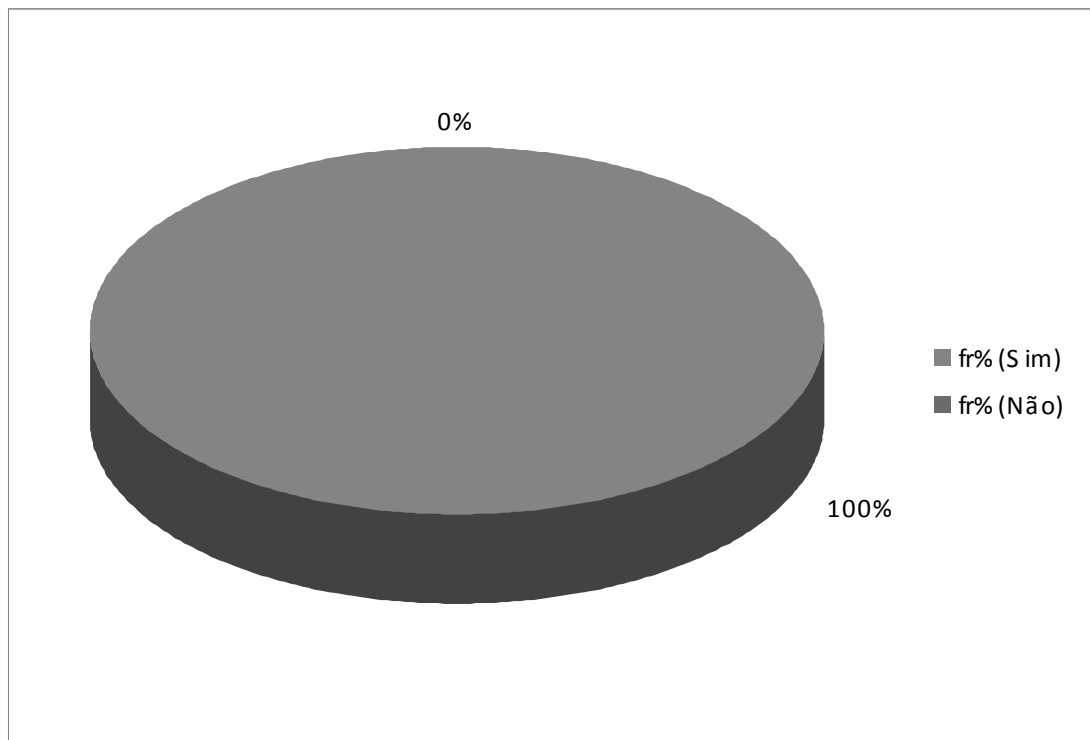
Dos participantes da pesquisa, 60% possuem alunos com necessidades especiais.

4.5 – VOCÊ PROMOVE ATIVIDADES QUE PERMITAM E INCENTIVEM A PARTICIPAÇÃO DESTE ALUNO?



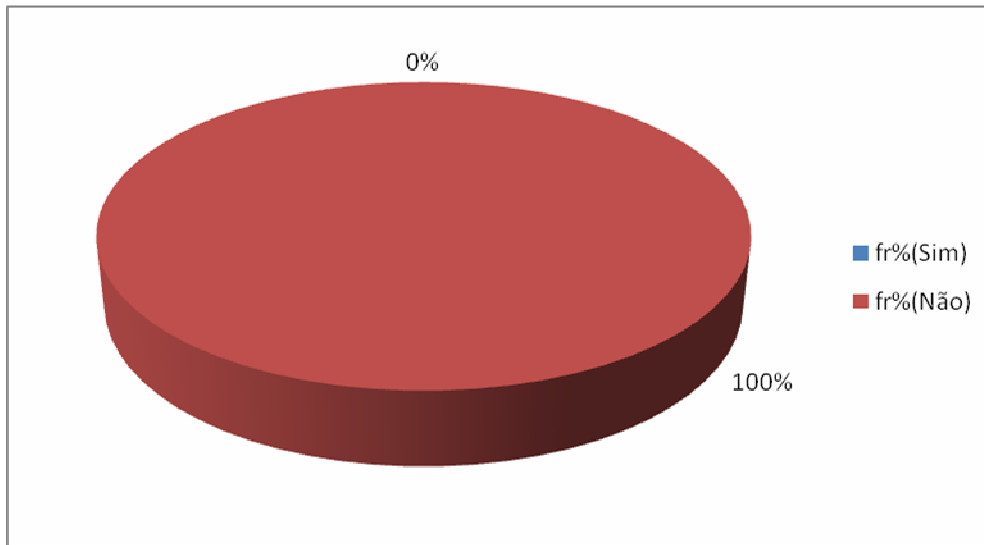
Esta questão apresentou o mesmo percentual (60% - Sim) da questão anterior, dando margem a contradição, já que quando foi perguntado sobre ter um curso de graduação na área da Educação inclusiva, houve um percentual maior de (sim) do que (não), e diante da mesma, o que leva a pensar que sem o conhecimento necessário, seria difícil promover as atividades de forma a incluir, ao mesmo tempo, no entanto, se o profissional buscar aprimoramento, com certeza ele fará um trabalho eficiente.

4.6 – VOCÊ É A FAVOR DA INCLUSÃO?



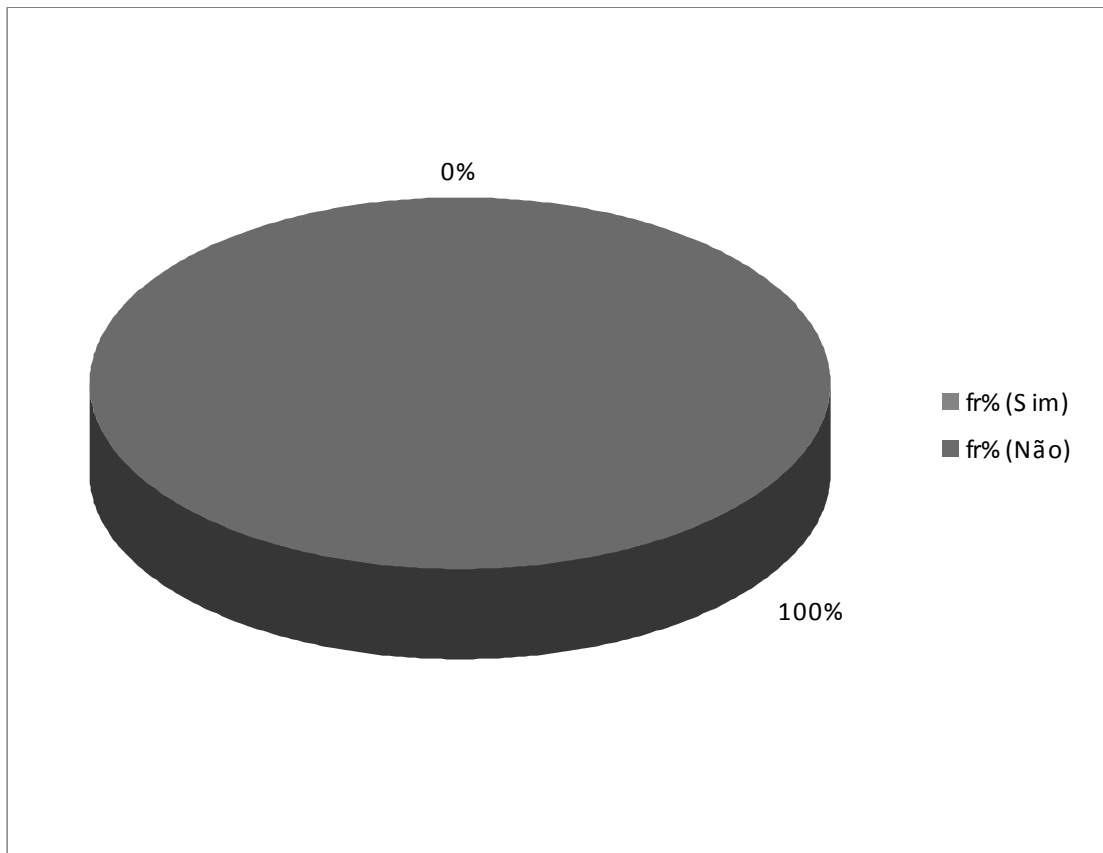
Nesta questão as respostas foram unânimes, 100% são favoráveis á inclusão. E o percentual não poderia ser diferente, pois segundo Rodrigues (2007) a responsabilidade da inclusão de um estudante com necessidade especial, é de toda a comunidade escolar e representa uma oportunidade, um objetivo para que a Universidade não caminhe para um grupo de pessoas sozinhas e o estudante com necessidade especial é um catalisador de práticas e valores novos.

4.7 – VOCÊ CONCORDA COM A FORMA QUE A INCLUSÃO FOI INTRODUZIDA?



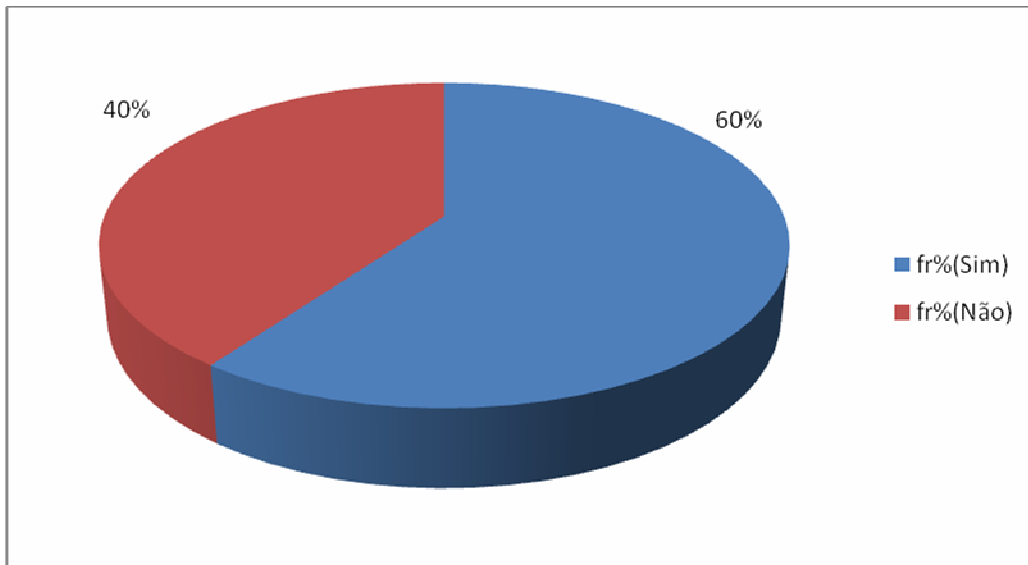
Nesta questão cem por cento dos entrevistados responderam que sim. Conforme indicado pelo relatório final do estudo realizado por Glat; Ferreira (apud NOGUEIRA, 2004, p.17) para o Banco Mundial, intitulado Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil: “[...] as condições gerais de implementação da Educação Inclusiva no contexto escolar refletem a ainda precária institucionalização legal e regimental em nível estadual e municipal”.

4.8- VOCÊ ACHA QUE HÁ POLÍTICAS EFICIENTES PARA QUE A INCLUSÃO REALMENTE ACONTEÇA?



Esta foi a última questão do questionário, em que teve a unanimidade dos professores e fecha todo o contexto, antes aberto ao questionar a inclusão, já que as políticas não são suficientes e eficientes.

4.9- VOCÊ ACHA QUE OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DEVEM SER INSERIDOS NA REDE REGULAR DE ENSINO?



Nesta questão apenas 60% disseram que acham que os alunos com necessidades especiais devem ser inseridos na rede regular de ensino. Entendo que talvez a negação seja referente à forma como foi introduzida a inclusão e também sobre a ineficiência das políticas públicas, mas não se pode ser contrário, se existe falhas, lacunas, elas precisam ser corrigidas, superadas e esta superação depende do conjunto de forças – sinergia. Ferreira; Guimarães (2003, p.44) acrescentam:

É preciso despertar para a respeitabilidade, a compreensão, a educação e a reabilitação da pessoa com deficiência, assumindo uma política de direitos humanos que garanta a todos, indistintamente, oportunidades educacionais, laborais, de lazer e de bem-estar.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo feito e os dados obtidos e analisados, com a aplicação do questionário aos professores de Educação Física da rede regular de ensino da cidade de Teófilo Otoni, foi possível concluir que a inclusão na percepção dos profissionais é algo válido, necessário, tendo unanimidade dos profissionais, e que na mesma proporcionalidade foram contrários no que diz respeito à forma como a inclusão foi introduzida e quanto à ineficiência das políticas públicas para que a inclusão realmente aconteça.

Inclusão é algo necessário e como todas as atividades que envolvem o ser humano são complexas, abstratas, sendo alvo de muitas discussões e paradigmas, o que é definido e exposto claramente neste estudo. Em geral as pessoas são favoráveis à inclusão, entretanto o questionamento se origina na esfera das políticas públicas, isto é, elas realmente acontecem e são eficientes, ou a inclusão é mais uma das medidas tomadas pelo governo, pelos legisladores, como resposta ao povo, sem se preocupar com os alunos e profissionais envolvidos?

Sinergia, esta talvez devesse ser o sinônimo de inclusão, a premissa maior de sua aplicabilidade. Assim como as demais disciplinas se integram para atingir resultados que viabilizem o desenvolvimento total do aluno, com a Educação Física escolar e educação inclusiva não é diferente, pois são intrínsecas, e estão imbuídas no mesmo objetivo, ou seja, proporcionar o desenvolvimento dos aspectos físico-motor, cognitivo, social e afetivo do aluno.

Os profissionais de educação física escolar são favoráveis à inclusão e em momento algum foi percebido um caráter de negação. O que são contrários e que se torna o escopo da discussão à respeito da inclusão, é a forma como foi instituída, sem um preparo, sem recursos humanos e materiais necessários, para que a escola realmente inclua e não simplesmente aceite estas crianças.

É extremamente importante que a sociedade civil, os governantes se mobilizem e invistam realmente na inclusão, que ela não conste apenas em decretos, formulários ou nas conversas diárias, que seja instalada no fazer pedagógico, que os profissionais tenham respaldo, para trabalhar a inclusão, que a Educação Física se valha deste rótulo de disciplina completa. Como foi verificado neste trabalho, a inclusão, ainda é algo obscuro e talvez por não estar definida e arquitetada, ainda existem manifestações contrárias. O conhecimento sobre a

necessidade de comprometer-se com um processo inclusivo permite entender que ele, beneficia os alunos com e sem necessidades especiais.

A educação não pode perder seu caráter de inserção social, por isso deseje-se que os governantes continuem a desenvolver políticas públicas voltadas para a plena efetivação da inclusão em todas as dimensões: econômicas, sociais, culturais e pedagógicas.

6– REFERÊNCIAS

AVIZ, C.C. **A criança portadora de necessidades educativas especiais e sua inclusão no ensino regular nas aulas de Educação Física.** Brasília: Faculdade de Educação Física / Universidade de Brasília, 1998. Monografia de Especialização.

AZANHA, S. Formação de professores. **Cadernos de Educação Especial.** Brasília: n. 18, 2005.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais.** Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. LDB. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional:** Lei n.9394/96, promulgada em 20/12/1996. Brasília: Abril, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Conselho nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília, 2001.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil:** 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

BRASIL. CNE.CEB. **Resolução CNE/CEB/2/2001.** Brasília. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp/legislacao.htm. Acesso em: 25 jan. 2009.

CARVALHO, Edler, Rosita. **Temas em Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA Editores, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial.** 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CIDADE, Ruth Eugênia. **A atividade motora adaptada.** Curitiba: IESDE, 2004.

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências.** In: CURSO de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF.1995. V.3.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Porque a diferença incomoda tanto?2002.** Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/> . Acesso em: 2 jun.2010.

INCLUSÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O Dicionário da Língua Portuguesa.** Versão eletrônica 3.0 século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Disponível em: <http://freedownloadbooks.net/Ferreira>. Acesso em: 24 maio 2010.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLAT, R. Inclusão total: mais uma utopia? **Integração**, São Paulo, n. 20, p.27-28, 1989.

HURTADO, Johann G. Melchets. **Educação Física Pré Escolar e 1ª a 4ª Série**. 6. ed. Curitiba: Prodil, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Ser ou estar, eis a questão**. Compreendendo o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA Editores, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MICHELS, M. H. GARCIA, R. M. C. A nova LDB e o processo de integração de sujeitos considerados portadores de deficiências. **Ponto de Vista**. UFSC. v.1. n. 1 jul/dez. p.35. 1999.

NOGUEIRA, Mario Lúcio de Lima. **Legislação e políticas públicas em educação inclusiva**. Curitiba: IESDE, 2004.

RODRIGUES, G.F. Inclusão e suas relações no cotidiano escolar. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 16, n. 27, p. 97-104, jan./jun., 2007.

PICCOLO, Nista, VILMA Leni. **Educação Física escolar: ser...ou não ter?** 3. ed. Campinas: Ed campinas, 1993.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia**. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.

SASSAKI, Romero Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997-a.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997-b.

SILVA, S.M.A. da; KRUG, H.N. Inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na Educação Física escolar: um estudo de caso. In: XIV Jornada Acadêmica Integrada da UFSM. **Anais...**, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1999. p. 1198.

TELFORD, C.; SAWREY, J. **O indivíduo excepcional**. 5. ed. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução á pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNESCO. Unesco e a educação no século XXI. **Os quatro pilares da educação**. 1996. In: FERREIRA NETO, Augusto. Proposta pedagógica da escola comunitária. 2. ed. Belo Horizonte: CENC,[s.d.]. p.33-45.

7-APÊNDICES

7.1 - APÊNDICE- A



7.1- Termo de consentimento

Prezado Sr (a). Diretor (a).

Eu **Maisa Gonçalves Teixeira de Jesus**, estudante do Curso de Especialização a Distância em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria, do Pólo de Teófilo Otoni/MG, em processo de conclusão de curso, o qual para obtenção do título da graduação, requer a construção de um trabalho monográfico, tendo como passo inicial um projeto de pesquisa científica, venho por meio desta solicitar de Vossa senhoria, a contribuição, permitindo que os profissionais de Educação Física da Escola _____, respondam o questionário que segue em anexo, e que também seja permitida a minha entrada, que será previamente avisada. O trabalho a que me disponho desenvolver tem como título: “ **Visão dos profissionais de Educação Física em relação ao processo de inclusão escolar dos portadores de necessidade especiais na rede regular de ensino da cidade de Teófilo Otoni/MG.**” O principal objetivo desta pesquisa é a coleta de dados, sobre o tema acima citado, que subsidiará as considerações a que pretendo.

Certifico-lhe que todos os cuidados éticos necessários, serão respeitados, não sendo citado em hipótese alguma o nome da escola e de todos os envolvidos na pesquisa, o único intento é verificação das respostas, para possíveis parâmetros.

Na certeza de vosso pronto atendimento, desde já agradeço e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Teófilo Otoni, Novembro de 2009

Atenciosamente,

Maisa Gonçalves Teixeira de Jesus

(Pesquisador)

7.2 - APÊNDICE - B



7.2- Questionário aplicado aos Professores de Educação Física da rede regular de ensino:

Questionário - Professor

Prezado professor este questionário é parte do meu trabalho de conclusão da Especialização a Distância em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria, do Pólo de Teófilo Otoni/MG, e para tanto conto com a sua colaboração. Como não é necessária a identificação, gostaria que fosse o mais sincero possível, para que assim realmente consiga uma transparência e seriedade na coleta de dados.

Instruções:

-Marque apenas uma opção solicitada.

-Não é necessária a identificação do entrevistado.

1) Você tem Curso Superior na área de Educação Física?

() Sim () Não

2) No seu curso de graduação teve alguma disciplina destinada a trabalhar com a inclusão?

() Sim () Não

3) Já participou de seminários, palestras sobre a educação inclusiva?

() Sim () Não

4) É de seu interesse fazer uma especialização na área da inclusão?

() Sim () Não

5) Você sabe a diferença de inclusão e integração?

() Sim () Não

6)Em sua turma há algum aluno portador de necessidades especiais?

() Sim () Não

Se a resposta for afirmativa, responda a questão 6.1.

6.1)Você promove atividades que permitam e incentivam a participação destes alunos ?

() Sim () Não

7)Você é a favor da inclusão?

() Sim () Não

8)Você concorda com a forma que a inclusão foi introduzida?

() Sim () Não

9)Você se julga (enquanto profissional) responsável pela inclusão?

() Sim () Não

10) Você acha que há políticas públicas eficientes para que a inclusão realmente aconteça?

() Sim () Não

11) Você acha que os portadores de necessidade especiais devem ser inseridos na rede regular de ensino?

() Sim () Não

7.3 – APÊNDICE C- QUADRO PERGUNTAS RESPOSTAS

PERGUNTA	Resposta %
1-Você tem Curso Superior na Área de Educação Física?	Sim- 40% Não- 60%
2-No seu curso de graduação teve alguma disciplina destinada a trabalhar com a inclusão?	Sim- 70% Não- 30%
3-Já participou de seminários, palestras sobre a educação inclusiva?	Sim- 40% Não- 60%
4-É de seu interesse fazer uma especialização na área da inclusão?	Sim- 20% Não- 80%
5-Você sabe a diferença de inclusão e integração?	Sim- 60% Não- 40%
6—Em sua turma há algum aluno portador de necessidades especiais? Se a sua resposta for afirmativa, responda a questão 6.1	Sim- 60% Não- 40%
6.1-Você promove atividades que permitam e incentivem a participação deste aluno?	Sim- 60% Não- 40%
7-Você é a favor da inclusão?	Sim- 100%
8-Você concorda com a forma que a inclusão foi introduzida?	Não- 100%
9-Você se julga (enquanto profissional) responsável pela inclusão?	Sim- 80% Não- 20%
10-Você acha que há políticas públicas eficientes para que a inclusão realmente aconteça?	Não- 100%
11-Você acha que os portadores de necessidade especiais devem ser inseridos na rede regular de ensino?	Sim- 60% Não- 40%